
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, DA CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

entre

Na qualidade de Emissora,

CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Na qualidade de Agente Fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Na qualidade de Fiadoras,

**ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
SERTÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
VENTOS DOS GUARÁS I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

e,

Na qualidade de Intervenientes-Anuentes,

**ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
SERVINOGA S.L.
CASA DOS VENTOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

12 de maio de 2014



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, DA CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

O presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A." ("**Escritura de Emissão**") é celebrado nesta data pelas seguintes partes ("**Partes**"):

- I. Como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("**Debêntures**"):

CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 17.613.280/0001-06, e na Junta Comercial do Estado do Paraná ("**JUCEPAR**") sob o NIRE n.º 413.000.858.54, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

- II. Como agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");

- III. Na qualidade de fiadoras:

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, Centro, CEP 80.430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.489.312/0001-27, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.790.64, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Atlantic**");


2

ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.512/0001-26, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.38, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Andorinha**");

CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.629/0001-00, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.46, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Campo Formoso II**");

MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.286/0001-83, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.62, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Morrinhos**");

SERTÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.432/0001-70, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.71, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Sertão**");

VENTOS DOS GUARÁS I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161/162, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.344.343/0001-15, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.816.62, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Ventos dos Guarás**" e, em conjunto com Andorinha, Campo Formoso II, Morrinhos e Sertão, "**SPEs Fiadoras**" e, em conjunto com Atlantic, "**Fiadoras**");

IV. E, na qualidade de intervenientes-anuentes:

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, nos termos da Instrução CVM

n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.686.879/0001-32 ("**FIP Actis**"), neste ato representado por seu administrador, nos termos de seu regulamento;

PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 231, CEP 80430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.704.755/0001-27, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.774.44, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Pattac**");

SERVINOGA S.L., sociedade limitada com sede na Avenida de Orense, 1-B, CIF n.º B36301109, na Cidade de Marín (Pontevedra), Espanha, inscrita no CNPJ/MF para fins de registro no Banco Central do Brasil sob o n.º 10.824.702/0001-43, neste ato, representada por seu diretor, Sr. Victor José Nogueira García, espanhol, casado, advogado, com DNI 50286912b, inscrito no CPF n.º 235.989.098-02, portador do Passaporte n.º AAE736096, com endereço comercial na Avenida de Orense, 1-B, em Marín, Pontevedra, Espanha ("**Servinoga**" e, em conjunto com a Pattac e o FIP Actis, "**Acionistas Atlantic**");

CASA DOS VENTOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rua Eliziário Diógenes, n.º 130, CEP 61935-045, Pajuçara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.772.867/0001-19, e na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE n.º 233.000.315.55, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Casa dos Ventos**");

E será regido pelas seguintes cláusulas, termos e condições:

1 DAS AUTORIZAÇÕES

1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada nos seguintes atos societários:

- (i) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 9 de maio de 2014 ("**AGE da Emissora**"), na qual foram deliberadas (a) as condições da emissão objeto desta Escritura de Emissão ("**Emissão**"), conforme o disposto no artigo 59 da Lei

n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), incluindo a outorga das Garantias (conforme definido na Cláusula 6.14 abaixo); (b) as condições da oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei de Valores Mobiliários**"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), e das demais disposições legais aplicáveis ("**Oferta**"); (c) a outorga de fiança corporativa pela Emissora nas emissões de debêntures realizadas nesta data pela Campo Formoso I, pela Morrinhos e pela Sertão ("**Outras Emissões do Grupo**"); (d) a constituição da Alienação Fiduciária de Equipamentos e da Cessão Fiduciária da Emissora (conforme definidos na Cláusula 6.14.1 abaixo, itens (iii) e (vi), respectivamente); (e) a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas, a ser celebrado, dentre outras partes, entre a Emissora, a Atlantic, os Acionistas Atlantic e a Casa dos Ventos ("**Contrato de Suporte de Acionistas**"); e (f) a autorização aos diretores da Emissora para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;

- (ii) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Andorinha realizada em 9 de maio de 2014 ("**AGE da Andorinha**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a outorga de fiança corporativa (conforme descrita na Cláusula 6.15 abaixo); e (b) a autorização aos diretores da Andorinha para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (iii) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Campo Formoso II realizada em 9 de maio de 2014 ("**AGE da Campo Formoso II**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a outorga de fiança corporativa (conforme descrita na Cláusula 6.15 abaixo); e (b) a autorização aos diretores da Campo Formoso II para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;

- (iv) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Morrinhos realizada em 9 de maio de 2014 ("**AGE da Morrinhos**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a outorga de fiança corporativa (conforme descrita na Cláusula 6.15 abaixo); e (b) a autorização aos diretores da Morrinhos para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (v) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Sertão realizada em 9 de maio de 2014 ("**AGE da Sertão**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a outorga de fiança corporativa (conforme descrita na Cláusula 6.15 abaixo); e (b) a autorização aos diretores da Sertão para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (vi) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Ventos dos Guarás realizada em 9 de maio de 2014 ("**AGE da Ventos dos Guarás**" e, em conjunto com a Ata da Andorinha, Ata da Campo Formoso II, Ata da Morrinhos e Ata da Sertão, "**Atas das SPEs**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a outorga de fiança corporativa (conforme descrita na Cláusula 6.15 abaixo); e (b) a autorização aos diretores da Ventos dos Guarás para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (vii) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Atlantic realizada em 9 de maio de 2014 ("**AGE da Atlantic**" e, em conjunto com as Atas das SPEs, "**Atas das Fiadoras**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a outorga de fiança corporativa (conforme descrita na Cláusula 6.15 abaixo); (b) a constituição da Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Cláusula 6.14.1(ii) abaixo); (c) a constituição da Cessão Fiduciária da Atlantic (conforme definido na Cláusula 6.14.1(iv) abaixo); (d) a constituição da Cessão Fiduciária do Consórcio (conforme definido na Cláusula 6.14.1(v) abaixo); (e) a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas; e (f) a

autorização aos diretores da Atlantic para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;

- (viii) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Casa dos Ventos realizada em 9 de maio de 2014, na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a assinatura desta Escritura de Emissão como interveniente-anuente; (b) a constituição da Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Cláusula 6.14.1(ii) abaixo); (c) a constituição da Cessão Fiduciária do Consórcio (conforme definido na Cláusula 6.14.1(v) abaixo); (d) a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas; e (e) a autorização aos diretores da Casa dos Ventos para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (ix) Assembleia geral de cotistas do FIP Actis realizada em 11 de abril de 2014, na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a assinatura desta Escritura de Emissão como interveniente-anuente; (b) a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas; e (c) a autorização aos representantes do FIP Actis para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão; e
- (x) Reunião do Conselho de Administração da Pattac realizada em 9 de maio de 2014, na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, (a) a assinatura desta Escritura de Emissão como interveniente-anuente; (b) a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas; e (c) a autorização aos diretores da Pattac para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão.

2 DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas em observância aos seguintes requisitos:

7 *h* ^e

- (i) Dispensa de Registro na CVM. A Oferta está automaticamente dispensada do registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") de que trata o caput do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários;
- (ii) Registro na ANBIMA. A Oferta não será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor, devido à não regulamentação de referido dispositivo pela ANBIMA;
- (iii) Arquivamento e Publicação da Ata da AGE da Emissora. A ata da AGE da Emissora será devidamente arquivada na JUCEPAR e publicada (a) no "Diário Oficial do Estado do Paraná" e (b) em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora, de acordo com o inciso I do artigo 62 e com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) Arquivamento desta Escritura de Emissão. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPAR, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (v) Constituição das Garantias. Nos termos da Cláusula 6.14 abaixo, as Garantias foram formalizadas por meio dos Contratos de Garantia, e serão constituídas mediante (a) o registro dos Contratos de Garantia e da Escritura de Emissão nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes; e (b) a averbação da Alienação Fiduciária de Ações no livro de registro de ações da Emissora.
- (vi) Registro do Contrato de Suporte de Acionistas. O Contrato de Suporte de Acionistas foi celebrado e deverá ser registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das sedes das respectivas partes.
- (vii) Registro para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do

Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.1 A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEPAR, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de obtenção de referidos registros.

2.1.2 Não obstante o disposto no item (vii) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 5.9 abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 de referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA.

3.1 De acordo com o artigo 3º de seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração específica do "*Parque Eólico Ventos de Campo Formoso I*", destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e, para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria e outros serviços relacionados à geração de energias alternativas, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade.

4 DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão investidos na construção da central geradora eólica objeto do Leilão n.º 7/2011 - Processo

n.º 48500.004335/2011-53, ocorrido em 20 de dezembro de 2011, composta por 15 (quinze) unidades geradoras de 2MW (dois megawatts) cada, totalizando uma capacidade instalada de 30MW (trinta megawatts) ("**Projeto**").

4.1.1 Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão liberados à Emissora nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora (conforme definido na Cláusula 6.14.1(vi) abaixo), mediante comprovação da correta aplicação no Projeto, nos termos da Cláusula 4.1 acima.

5 DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

- 5.1** Número da Emissão. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2** Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo ("**Valor Total da Emissão**").
- 5.3** Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 1.800 (um mil e oitocentas) Debêntures.
- 5.4** Séries. A Emissão será realizada em série única.
- 5.5** Escriturador Mandatário. A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatária das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Escriturador Mandatário**").
- 5.6** Banco Liquidante. O banco liquidante da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Banco Liquidante**").
- 5.7** Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures,

documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, sob pena de ter descontado dos rendimentos das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.8 Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º a 7º andares, Torre Corcovado, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0001-45 ("**Coordenador Líder**"), sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder nesta data ("**Contrato de Distribuição**").

5.8.1 A Oferta será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("**Plano de Distribuição**").

5.8.2 O Plano de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.9 Investidores Qualificados. A Oferta terá como público alvo exclusivamente investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").

5.9.1 Nos termos da Instrução CVM 476, e para fins da Oferta, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão

subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

5.9.2 A Emissão e a Oferta não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

5.9.3 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição descrito na Cláusula 5.8.1 acima.

5.9.4 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável.

5.10 Forma de Subscrição. As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, durante o prazo de colocação das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

5.11 Prazo de Integralização. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

6 DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

6.2 Conversibilidade. As Debêntures serão simples e, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.3 Comprovação da Titularidade das Debêntures. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira

responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na Cetip.

- 6.4** Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.5** Data de Emissão das Debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 21 de maio de 2014 ("**Data de Emissão**").
- 6.6** Prazo de Vigência e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de maio de 2015 ("**Data de Vencimento**").
- 6.7** Valor Nominal Unitário das Debêntures. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**").
- 6.8** Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.
- 6.9** Amortização. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento ("**Data de Amortização das Debêntures**").
- 6.10** Remuneração das Debêntures. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Sobretaxa**" e, em conjunto com a Taxa DI, "**Remuneração**"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento.

6.10.1 O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida na Data de Vencimento, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

n = Número total de Taxas DI consideradas desde a Data de Emissão, sendo "n" um número inteiro.

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

K = Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n"

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

Spread = 2,7500;

DP = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

- O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator *Spread*) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

6.10.2 Indisponibilidade Temporária da Taxa DI. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.10.3 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.10.3 Indisponibilidade da Taxa DI. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos acima referido ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (nos termos previstos nas Cláusulas 6.10.4 e 6.10.5 abaixo) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época.

6.10.4 No caso de inexistir substituto legal para a taxa DI_k, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados na Cláusula 9 abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O índice a ser proposto pela Emissora deverá ser, preferencialmente, aquele que adotar a unidade de coleta mais semelhante àquela da taxa DI_k ("**Taxa Substitutiva Similar**"). Na

ausência ou impossibilidade de definição do novo índice conforme esse critério deverá ser proposto aquele que refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva de Mercado**" e, em conjunto com a Taxa Substitutiva Similar, a "**Taxa Substitutiva**").

6.10.5 A Assembleia Geral de Debenturistas que deliberará sobre a Taxa Substitutiva deverá ser convocada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da taxa DI_k, o que ocorrer primeiro.

6.10.6 Uma dentre três instituições financeiras que tenham (a) classificação de risco mínima, em escala nacional, de AA, ou em escala global, de BBB-, conferidas pela Standard & Poors e Fitch Ratings; ou (b) classificação de risco mínima, em escala nacional, de Aa2, ou em escala global, de Baa3, conferidas pela Moody's, indicadas pela Assembleia Geral de Debenturistas será contratada pela Emissora, às suas expensas, e terá o prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contado da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.10.5 acima para indicar a taxa substitutiva da taxa DI_k, observado que referida taxa vinculará todos os Debenturistas.

6.10.7 Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DI_k, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k os termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.10.8 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas

representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível.

6.11 Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração será paga integralmente na Data de Vencimento ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.16.1 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão ("**Data de Pagamento da Remuneração**"). Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.12 Resgate Antecipado Obrigatório. Além das hipóteses descritas nas Cláusulas 6.10.3 acima e 6.16.5 abaixo, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, conforme o caso ("**Resgate Antecipado Obrigatório**") no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do primeiro desembolso no âmbito do financiamento de longo prazo a ser contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("**BNDES**") relacionado ao Projeto, seja ele contratado pela Atlantic, por uma pessoa jurídica que venha a controlar a Emissora e ser controlada pela Atlantic, ou diretamente pela Emissora ("**Financiamento BNDES**").

6.12.1 O valor do resgate total ou parcial devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do resgate ("**Valor do Resgate Antecipado**"), observado que, nesta hipótese, não haverá incidência de prêmio de resgate.

6.12.2 Caso o valor do primeiro desembolso no âmbito do Financiamento BNDES não seja igual ou superior ao Valor do Resgate Antecipado, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado parcial no valor obtido com o primeiro desembolso, mediante sorteio, nos termos da Cláusula 6.12.3 abaixo, e o restante das Debêntures deverão ser resgatadas a medida que novos desembolsos sejam feitos no âmbito do Financiamento BNDES, ou pagas integralmente na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro.

6.12.3 O Resgate Antecipado Obrigatório parcial descrito na Cláusula 6.12.2 acima se realizará mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo segundo, inciso I, do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido na Cláusula 6.12.6 abaixo), uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre os critérios de sorteio e a identificação das Debêntures a serem resgatadas, com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio.

6.12.4 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.12.5 As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

6.12.6 Para fins desta Cláusula 6.12, o comunicado de resgate a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.22 abaixo, com 10 (dez) dias de antecedência, deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório, incluindo necessariamente: (i) a respectiva data de Resgate Antecipado Obrigatório; (ii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de Resgate Antecipado Obrigatório; (iii) o Valor do Resgate Antecipado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório ("**Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório**").

6.13 Repactuação Programada. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

6.14 Garantias. Todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura de Emissão, contarão com as garantias descritas na Cláusula 6.14.1 abaixo ("**Garantias**"), formalizadas nesta Escritura de Emissão ou em outros instrumentos de garantias, a saber (i) o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**"); (ii) o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos**"); (iii) o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças celebrado pela Atlantic como cedente ("**Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic**"); (iv) o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças celebrado pelo Consórcio Morrinhos (formado pelos acionistas da Emissora) como cedente ("**Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio**"); e (v) o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças celebrado pela Emissora como cedente ("**Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora**") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, o Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic e o Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio, os "**Contratos de Garantia**").

6.14.1 As Garantias são compostas por:

- (i) Fiança Corporativa (conforme definida na Cláusula 6.15 abaixo) constituída por meio desta Escritura de Emissão e válida a partir da Data de Emissão e até o integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (ii) Alienação fiduciária, constituída por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("**Alienação Fiduciária de Ações**"), da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam

convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas no capital social da Emissora, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora, bônus de subscrição, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade dos acionistas no capital da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão do cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("**Ações Alienadas Fiduciariamente**");

- (iii) Alienação fiduciária, constituída por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos ("**Alienação Fiduciária de Equipamentos**"), dos equipamentos utilizados no Projeto e adquiridos com os recursos oriundos da Emissão ("**Equipamentos Alienados Fiduciariamente**"); e
- (iv) Cessão fiduciária, constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic ("**Cessão Fiduciária da Atlantic**"), o que inclui:
 - (a) os direitos creditórios relacionados ao Contrato de Suporte de Acionistas, incluindo a conta vinculada lá descrita, conforme descritos no Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic ("**Direitos do ESA da Atlantic**"); e
 - (b) os direitos emergentes das apólices de seguro descritas no Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic ("**Direitos das Apólices da Atlantic**");
- (v) Cessão fiduciária constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio ("**Cessão Fiduciária do Consórcio**"), o que inclui:

- (a) os direitos emergentes da Portaria do Ministério de Minas e Energia n.º 497, de 11 de setembro de 2012, incluindo quaisquer autorizações e/ou licenças emitidas em substituição ou complementarmente a referida portaria ("**Portaria MME**") ("**Direitos Emergentes MME**");
 - (b) os direitos relacionados (1) ao Contrato de Fornecimento, Transporte, Montagem, Colocação em Operação e Teste de Aerogeradores (Empreitada Global), celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Gamesa Eólica Brasil Ltda. em 1º de abril de 2013; (2) ao Contrato de Manutenção de Aerogeradores, celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Gamesa Eólica Brasil Ltda. em 1º de abril de 2013; e (3) ao Contrato de Fornecimento e Implantação das Obras Eletromecânicas do Empreendimento, a Preço Global, na Modalidade "*Turnkey Lump Sum*", celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Alstom Grid Energia Ltda. em 28 de março de 2014, conforme descritos no Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio ("**Direitos Contra EPCistas**");
- (vi) Cessão fiduciária, constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora ("**Cessão Fiduciária da Emissora**"), de direitos detidos pela Emissora, o que inclui:
- (a) os direitos emergentes de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("**ANEEL**") caso venham a existir, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora ("**Direitos Emergentes ANEEL**");
 - (b) os direitos relacionados aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, conforme descritos no Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora ("**Direitos dos Contratos de Venda de Energia**");
 - (c) os direitos relacionados às contas vinculadas à Emissão, conforme descritas no Contrato de Cessão Fiduciária da

Emissora ("**Direitos das Contas Vinculadas da Emissora**");

- (d) os direitos creditórios relacionados ao Contrato de Suporte de Acionistas, incluindo as contas vinculadas lá descritas, conforme descritas no Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora ("**Direitos do ESA da Emissora**"); e
- (e) direitos emergentes das apólices de seguro descritas no Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora ("**Direitos das Apólices da Emissora**") e, em conjunto com os Direitos do ESA da Atlantic, os Direitos das Apólices da Atlantic, os Direitos Emergentes MME, os Direitos Contra EPCistas, os Direitos Emergentes ANEEL, os Direitos dos Contratos de Venda de Energia, os Direitos das Contas Vinculadas da Emissora e os Direitos do ESA da Emissora, "**Direitos Creditórios**" e, em conjunto com as Ações Alienadas Fiduciariamente e os Equipamentos Alienados Fiduciariamente, "**Bens Dados em Garantia**").

6.14.2 Os Contratos de Garantia serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos respectivos instrumentos. Após o registro dos Contratos de Garantia, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de seu recebimento.

6.14.3 A alienação fiduciária sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente deverá ser averbada no livro de registro de ações da Emissora na mesma data da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

6.15 Fiança Corporativa. Por meio desta Escritura de Emissão, cada uma das Fiadoras presta fiança aos Debenturistas, em caráter não solidário entre si, declarando-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, principal pagadora e fiadora de toda e qualquer obrigação decorrente da Emissão e/ou da Oferta ("**Obrigações Garantidas**") ("**Fiança Corporativa**").

6.15.1 Cada uma das Fiadoras se obriga, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar as Obrigações Garantidas

no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

6.15.2 Cada uma das Fiadoras, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**"). Todos e quaisquer pagamentos realizados por qualquer uma das Fiadoras em relação à Fiança Corporativa ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Fiadoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre os pagamentos aqui previstos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

6.15.3 Cada uma das Fiadoras desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

6.15.4 As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança Corporativa. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

6.15.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

6.15.6 Cada uma das Fiadoras concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança Corporativa depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

6.15.7 Uma vez vencidas as Debêntures e não pagas pela Emissora, ou caso as Debêntures sejam declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis nos termos da Cláusula 6.16 abaixo, a Fiança Corporativa poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

6.15.8 A prestação da Fiança Corporativa foi aprovada pelas Atas das Fiadoras.

6.15.9 Em virtude da Fiança Corporativa prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão deverá ser apresentada para registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e de cada uma das Fiadoras, em até 2 (dois) dias corridos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão. Após o registro da Escritura de Emissão, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante de registro no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, bem como 1 (uma) via original da Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário, tempestivamente após seu respectivo registro.

6.15.10 O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, às expensas da Emissora e em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover o registro dos Contratos de Garantia caso a Emissora não o faça nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia. O eventual registro dos Contratos de Garantia efetuados pelo Agente Fiduciário não isenta o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Cláusula 6.16.1(i) abaixo.

6.16 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.17 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("**Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático**"):

- (i) descumprimento, pela Emissora ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, se houver;
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente do Contrato de Suporte de Acionistas por qualquer uma de suas partes, observados os prazos previstos em referido instrumento;
- (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras e não devidamente elidido no prazo legal;
- (iv) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras;
- (v) se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial de referido plano; ou se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, por qualquer motivo, encerrar suas atividades;
- (vi) intervenção, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras;

- (vii) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão e da Oferta, conforme estabelecido na Cláusula 4 acima;
- (viii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- (ix) questionamento pela Emissora, por qualquer uma das Fiadoras e/ou pela Atlantic, na qualidade de controladora da Emissora, da invalidade ou inexecutabilidade das Garantias;
- (x) vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, em montante igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contado do inadimplemento, e desde que tais dívidas tenham sido assumidas com a concordância prévia e expressa dos Debenturistas;
- (xi) vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita qualquer uma das SPEs Fiadoras, assim entendidas as dívidas contraídas por qualquer uma das SPEs Fiadoras por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contado do inadimplemento;
- (xii) vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Atlantic, assim entendidas as dívidas contraídas pela Atlantic por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em

outras moedas), não sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contado do inadimplemento;

- (xiii) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;
- (xiv) cisão, fusão ou incorporação da Emissora sem a prévia autorização dos Debenturistas, exceto pela incorporação da Ventos de Campo Formoso I Energias Renováveis S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.344.273/0001-03, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.816.89 pela Emissora;
- (xv) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (xvi) alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- (xvii) a não ocorrência do Resgate Antecipado Obrigatório em caso de desembolso no âmbito do Financiamento BNDES, nos termos da Cláusula 6.12 acima;
- (xviii) caso a Emissora contrate novos endividamentos, com exceção (a) de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) do Financiamento BNDES; e (c) de eventuais mútuos intercompany, desde que o direito de crédito contra a Emissora decorrente de referido mútuo seja sempre subordinado aos direitos dos demais credores da Emissora;
- (xix) caso qualquer uma das SPEs Fiadoras contrate novos endividamentos, com exceção (a) de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) do Financiamento BNDES; (c) das debêntures objeto (1) das Outras Emissões do Grupo e/ou (1) das próximas emissões de debêntures da Emissora e/ou das SPEs Fiadoras, que serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação do Coordenador Líder ("**Emissões Futuras**"); e (d) de eventuais

mútuos intercompany, desde que os direitos de crédito contra as SPEs Fiadoras decorrentes de referidos mútuos sejam sempre subordinados aos direitos dos demais credores das SPEs Fiadoras;

- (xx) alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto se houver anuência prévia dos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xxi) venda de energia produzida no Projeto antes da liberação para operação comercial do Projeto, a ser feita nos termos do Artigo 5º da Resolução Normativa n.º 583 da ANEEL, de 22 de outubro de 2013, exceto se (a) for obtida a anuência prévia dos Debenturistas na proporção estabelecida na Cláusula 9.12 abaixo; ou (b) haja aprovação do Engenheiro Independente, conforme indicado e descrito na Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora, atestando a viabilidade de referida venda; e
- (xxii) celebração pela Emissora de contrato de mútuo, na qualidade de mutuante, exceto se referido mútuo for concedido para uma das SPEs Fiadoras.

6.16.1 O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.16.4 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("**Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático**" e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, "**Hipóteses de Vencimento Antecipado**"):

- (i) descumprimento, pela Emissora, pelas Fiadoras, pelos Acionistas Atlantic e/ou pela Casa dos Ventos, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, observados os prazos de remediação específicos, se houver;

- (ii) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária materialmente relevante decorrente do Contrato de Suporte de Acionistas por qualquer uma de suas partes não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;
- (iii) comprovação de inveracidade, falsidade ou omissão material de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia;
- (iv) não renovação, cancelamento, revogação, encampação, caducidade ou extinção da Portaria MME e ou de qualquer autorização e/ou licença emitida pela ANEEL em favor das SPEs Fiadoras, desde que não sanada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis;
- (v) desapropriação, confisco, arresto, sequestro ou penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer desses casos, representem 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a Emissora comprovar em até 20 (vinte) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;
- (vi) inobservância da legislação socioambiental, conforme (a) verificado por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Emissora em razão de tal inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Emissora em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental, desde que não solucionada no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contado da data da respectiva inclusão;
- (vii) término, rescisão, cancelamento, troca ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial (a) (1) do Contrato de Fornecimento, Transporte, Montagem, Colocação em Operação e Teste de Aerogeradores (Empreitada Global), celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Gamesa Eólica Brasil Ltda. em 1º de abril de 2013, conforme aditado; (2) do Contrato de Manutenção de

Aerogeradores, celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Gamesa Eólica Brasil Ltda. em 1º de abril de 2013, conforme aditado; e (3) do Contrato de Fornecimento e Implantação das Obras Eletromecânicas do Empreendimento, a Preço Global, na Modalidade "*Turnkey Lump Sum*", celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Alstom Grid Energia Ltda. em 28 de março de 2014, conforme aditado, e conforme descritos no Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio; (b) dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS e a Emissora; bem como (c) quaisquer outros documentos, contratos ou acordos relacionados à obra civil, montagem eletro-mecânica e/ou necessários para a manutenção e operação do Projeto, existentes ou que venham a ser celebrados pela Emissora e/ou pela Atlantic, que possa resultar em efeito material adverso relevante, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, para as atividades da Emissora ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures, desde que não sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis;

- (viii) caso as Garantias venham a se tornar inválidas, ineficazes, inexecutáveis ou insuficientes;
- (ix) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais da Emissora, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de tal decisão de não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção de referida licença, autorização ou alvará;
- (x) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do protesto (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) a Emissora tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

- (xi) protestos de títulos contra qualquer uma das SPEs Fiadoras, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do protesto (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) a SPE Fiadora em questão tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;
- (xii) protestos de títulos contra a Atlantic, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do protesto (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) a Atlantic tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;
- (xiii) alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (a) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional", devidamente formalizado por meio de instrumento contratual) em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); (b) alienações ou onerações decorrentes de leis; (c) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas na Portaria MME; (d) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia; (e) as garantias que serão prestadas, ou o compartilhamento das Garantias, no âmbito das Emissões Futuras; (e) o compartilhamento da Cessão Fiduciária da Atlantic e da Cessão Fiduciária do Consórcio com os titulares das debêntures das Outras Emissões do Grupo; e/ou (f) as garantias que serão prestadas, ou o compartilhamento das Garantias, no âmbito do Financiamento BNDES;

- (xiv) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xv) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra qualquer uma das SPEs Fiadoras, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xvi) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Atlantic, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xvii) comprovação de que qualquer disposição desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer outro documento relacionado a tal instrumento for revogada, rescindida, se tornar nula ou deixar de estar em pleno efeito e vigor;
- (xviii) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (xix) suspensão ou intervenção na atividade objeto da Portaria MME, desde que tal suspensão ou intervenção não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertida em um prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contado da emissão da lei, decreto ou ato normativo de natureza similar da autoridade governamental competente declarando a suspensão ou intervenção;
- (xx) caso qualquer uma das declarações e garantias dadas pela Emissora, pelas Fiadoras, pelos Acionistas Atlantic e/ou pela Casa dos Ventos nesta Escritura de Emissão não sejam, na data de

assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos; e

- (xxi) caso a relação de dívida bruta sobre capital próprio da Emissora ultrapasse o índice de 70/30, observado que, para fins deste item, o termo "dívida bruta" abrangerá apenas as obrigações de natureza financeira, excluindo juros capitalizados, assumidas pela Emissora.

6.16.2 Os valores mencionados nos itens das Cláusulas 6.16 e 6.16.1 acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("**Índice de Atualização**"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.16.3 As referências a "controle" encontradas nos itens das Cláusulas 6.16 e 6.16.1 acima deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

6.16.4 Observado o disposto na Cláusula 6.16.5 abaixo, e ressalvados os quoruns específicos previstos nesta Escritura de Emissão, se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 6.16.1 acima(xviii) acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

6.16.5 Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 6.16 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não consiga honrar com as obrigações previstas nesta Cláusula, os Debenturistas poderão executar as Garantias.

6.17 Multa e Juros Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos

Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("**Encargos Moratórios**").

6.18 Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios previstos na Cláusula 6.17 acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

6.19 Aditamento à Presente Escritura de Emissão. Ressalvado o disposto na Cláusula 6.19.1 abaixo, quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula 9 abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEPAR.

6.19.1 A Emissora e o Agente Fiduciário poderão aditar esta Escritura de Emissão, independente de prévia autorização dos Debenturistas, na hipótese de substituição do Índice de Atualização, sendo que os requisitos e disposições previstos nas Cláusulas 6.10.4 a 6.10.6 acima deverão ser estritamente observados.

6.20 Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante.

6.21 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir

R
l

com feriado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

6.21.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, “**Dia Útil**” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

6.22 Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no “Diário Oficial do Estado do Paraná” e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora, bem como na página da Atlantic na rede mundial de computadores – internet, no endereço <<http://www.atlanticenergias.com.br/>>, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização. A publicação de referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

6.23 Aquisição Facultativa. Observado o disposto no artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures em Circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM vigentes à época.

6.23.1 As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

P

h

7 DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável e noutras disposições desta Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a:

- (i) disponibilizar ao Agente Fiduciário:
 - (a) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, que conterá declaração, assinada por representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - (b) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados;
 - (c) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado da data em que tomar ciência do respectivo descumprimento; e
 - (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM

n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM 28**");

- (ii) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em efeito material adverso, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, para as atividades da Emissora ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (iii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (iv) manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (v) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na Cláusula 6.16 acima em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (vi) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (vii) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial ou cujo

não pagamento não resulte em um efeito material adverso para a Emissora, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas;

- (viii) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (ix) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (x) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contado de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (xiii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, dando ciência por *e-mail* ao Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis;
- (xiv) não distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, controladores (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ressalvado o pagamento do

dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio;

- (xv) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após solicitação escrita nesse sentido feita pelo Agente Fiduciário;
- (xvi) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 1 (um) Dia Útil após o seu recebimento;
- (xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xviii) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (xix) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xx) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;

- (xxi) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme a Cláusula 9 abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (xxii) caso o Agente Fiduciário não o faça, convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (xxiii) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xxiv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos itens (xi) e (xii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009;
- (xxv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xxvi) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (xxvii) não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Bens Dados em Garantia, com exceção das garantias compartilhadas com o BNDES que serão constituídas no âmbito do Financiamento BNDES;
- (xxviii) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias da Emissão;

Q

L

(xxix) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as obrigações garantidas, incluindo, mas não se limitando aos Bens Dados em Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as obrigações garantidas; e

(xxx) aplicar os recursos nos termos da Cláusula 4 acima.

8 DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (viii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (ix) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (x) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo. O Agente Fiduciário declara que na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, as Garantias ainda não estão constituídas, sendo que o prazo previsto para tanto é aquele mencionado na Cláusula 6.14.2 acima;
- (xi) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (xii) para fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário informa que atua também como agente fiduciário nas seguintes emissões feitas por companhias também controladas pela Atlantic:
 - (a) emissão de debêntures da Andorinha, com as seguintes características:

- (I) valor da emissão: R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais);
- (II) quantidade de debêntures emitidas: 4.600 (quatro mil e seiscentas);
- (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
- (IV) prazo de vencimento das debêntures: 12 (doze) meses;
- (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Andorinha, no valor total estimado de R\$97.549.895,15 (noventa e sete milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quinze centavos);
- (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Andorinha possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;
- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Andorinha será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
- (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Andorinha são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Santa Vitória do Palmar;
- (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Andorinha não serão objeto de repactuação programada;
- (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

(b) emissão de debêntures da Morrinhos, com as seguintes características:

- (I) valor da emissão: R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais);
- (II) quantidade de debêntures emitidas: 1.800 (um mil e oitocentas);
- (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
- (IV) prazo de vencimento das debêntures: 12 (doze) meses;
- (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Morrinhos, no valor total estimado de R\$92.143.094,86 (noventa e dois milhões, cento e quarenta e três mil, noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos);
- (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Morrinhos possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;
- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Morrinhos será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
- (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Morrinhos são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Santa Vitória do Palmar;

- (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Morrinhos não serão objeto de repactuação programada;
 - (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.
- (c) emissão de debêntures da Sertão, com as seguintes características:
- (I) valor da emissão: R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais);
 - (II) quantidade de debêntures emitidas: 1.800 (um mil e oitocentas);
 - (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
 - (IV) prazo de vencimento das debêntures: 12 (doze) meses;
 - (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Sertão, no valor total estimado de R\$56.297.228,94 (cinquenta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos);
 - (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Sertão possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;
 - (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Sertão será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;

- (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Sertão são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Santa Vitória do Palmar;
 - (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Sertão não serão objeto de repactuação programada;
 - (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.
- (d) emissão de debêntures da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("**Santa Vitória do Palmar**"), com as seguintes características:
- (I) valor da emissão: R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - (II) quantidade de debêntures emitidas: 50 (cinquenta);
 - (III) espécie: quirografária;
 - (IV) prazo de vencimento das debêntures: 12 (doze) meses;
 - (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: nenhum bem foi dado em garantia, sendo que a emissão é garantida por fianças outorgadas pelas controladoras, diretas e indiretas, e controladas da emissora; e
 - (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Santa Vitória do Palmar apresenta somente a possibilidade de resgate antecipado obrigatório, similar ao desta Emissão, conforme descrito na Cláusula 6.12 acima, ou seja, a ser feito após a ocorrência do primeiro desembolso no âmbito do financiamento de longo prazo a ser contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social relacionado aos projetos explorados pela Santa Vitória do Palmar,

seja ele contratado pela Atlantic ou diretamente pela Santa Vitória do Palmar;

- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Santa Vitória do Palmar será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
- (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Santa Vitória do Palmar são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Santa Vitória do Palmar;
- (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Santa Vitória do Palmar não serão objeto de repactuação programada;
- (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

8.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Obrigações Garantidas ou até sua efetiva substituição. Neste último caso, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio da celebração do respectivo aditamento à presente Escritura de Emissão.

8.4 Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração mensal de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos meses subsequentes.

8.5 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas ao Agente Fiduciário pela Emissora, o valor de R\$500,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais

eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora.

8.5.1 Nos termos da Cláusula 8.5 acima, entende-se por reestruturação das condições das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

8.6 No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário pela Emissora, adicionalmente, o valor de R\$500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

8.7 Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas nas datas de pagamento, bem como as parcelas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da data de emissão.

8.8 As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessários ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das debêntures. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.9 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais

decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.10 Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

8.10.1 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice de Atualização, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.10.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.10.3 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iv) locomoções entre Estados da Federação com as respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e

- (vi) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

8.10.4 As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser incluídas à dívida da Emissora em decorrência desta Escritura de Emissão e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento desta dívida.

8.11 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (a) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEPAR e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro e da sede das Fiadoras; e (b) das Garantias nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme Cláusula 6.22 acima;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo, sendo que para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todas as disposições e obrigações nos Contratos de Garantia;
- (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (g) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (h) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28;

- (xiii) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xiv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora, bem como todas as disposições e obrigações relacionadas aos Contratos de Garantia;
- (xvii) notificar os Debenturistas, se possível, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 6.22 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) dias

corridos contado da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;

- (xviii) disponibilizar o preço unitário a ser calculado pela Emissora e validado pelo Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou do sítio virtual <www.oliveiratrust.com.br>;
- (xix) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xx) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xxi) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia; e
- (xxii) acompanhar com o Banco Liquidante na Data de Vencimento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

8.12 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que seja deliberado a forma de excussão das Garantias descritas na

Cláusula 6.14 acima, conforme em vigor, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;

- (iii) requerer a falência, ou conforme o caso a insolvência, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção, liquidação ou insolvência da Emissora.

8.12.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto no item (v) acima.

8.12.2 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora, inclusive quanto aos Investimentos Permitidos descritos no Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic e no Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.12.3 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas

de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.12.4 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento ou nos Contratos de Garantia, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.13 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, conforme definido na Cláusula 9 abaixo, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.13.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.13.2 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.13.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.13.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.13.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 6.19 acima.

8.13.6 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.22 acima.

8.13.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

9 DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme Cláusula 6.22 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de

assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

- 9.4** Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 9.5** A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contado da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contado da nova publicação do edital de convocação.
- 9.6** A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.6.1** Independentemente das formalidades previstas na Cláusula 9.6 acima, será considerada regular a assembleia-geral a que comparecerem todos os Debenturistas.
- 9.7** Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 9.8** Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula 9, serão consideradas "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.
- 9.9** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.
- 9.10** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

- 9.11** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.12** Exceto se de outra forma estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria das Debêntures em Circulação.
- 9.13** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas na Cláusula 6.16 acima (incluindo alterações, inclusões ou exclusões nas Hipóteses de Vencimento Antecipado); (vi) os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Escritura; (vii) as Garantias, observadas, porém, as disposições constantes dos respectivos instrumentos constitutivos dessas garantias; e/ou (viii) os procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidas nesta Cláusula 9, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.14** As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.15** Independentemente das formalidades previstas na legislação ou nesta Cláusula 9, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

10 DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

- 10.1** A Emissora, neste ato declara e garante que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à celebração dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) cada uma das Fiadoras e respectivas controladas foram devidamente constituídas e são sociedades existentes de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para desenvolver seus respectivos objetos sociais;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (vi) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou

quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou
(c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (vii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;
- (ix) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (x) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xi) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não

omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

- (xii) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam dos Contratos de Garantia são verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos;
- (xiii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (a) a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE da Emissora na JUCEPAR; (b) o registro das Debêntures na CETIP; e (c) o registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- (xiv) esta Escritura de Emissão constitui, e os Contratos de Garantia, uma vez celebrados constituirão, obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil;
- (xv) possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia e possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias;
- (xvi) os Bens Dados em Garantia existem e, exceto pelas Garantias descritas nesta Escritura de Emissão, estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus;
- (xvii) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro)

meses contado da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

- (xviii) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão e neste Contrato;
- (xix) mantém os seus bens considerados relevantes, e de suas controladas, adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado; e
- (xx) o valor dos Bens Dados em Garantia é estimado, nesta data, em R\$84.125.051,76 (oitenta e quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).

10.2 A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11 DAS DECLARAÇÕES DAS FIADORAS

11.1 Declarações conjuntas das Fiadoras. Cada uma das Fiadoras, neste ato declara e garante, solidariamente, que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à celebração do Contrato de Suporte de Acionistas e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas,

tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (v) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento no qual a Fiadora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) as demonstrações financeiras da Fiadora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Fiadora no período;
- (vii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

- (viii) não há qualquer ligação entre as Fiadoras e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (ix) todas as informações prestadas pelas Fiadoras no âmbito da presente Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (x) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Fiadora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (a) a inscrição das Atas das Fiadoras na JUCEPAR; e (b) o registro desta Escritura de Emissão nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos; e
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante das Fiadoras, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

11.1.1 Declarações Específicas da Atlantic. A Emissora, neste ato declara e garante que:

- (i) todas as declarações e garantias relacionadas à Atlantic que constam do Contrato de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic, do Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e do Contrato de Suporte de Acionistas são verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos;
- (ii) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic, o Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e o Contrato de Suporte de Acionistas, uma vez celebrados constituirão, obrigações legais, válidas e vinculantes da Atlantic,

exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil;

- (iii) possui, nesta data, e possuirá, na data em que o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic, o Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e o Contrato de Suporte de Acionistas forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar tais contratos e possui, nesta data, e possuirá, na data em tais contratos forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição da Alienação Fiduciária de Ações, da Cessão Fiduciária da Atlantic e da Cessão Fiduciária do Consórcio; e
- (iv) as Ações Alienadas Fiduciariamente existem e, exceto pela Garantia descrita nesta Escritura de Emissão, estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus.

11.2 Cada uma das Fiadoras se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pelas Fiadoras na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12 DAS DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS ATLANTIC

12.1 Declarações conjuntas dos Acionistas Atlantic. Cada um dos Acionistas Atlantic, neste ato declara e garante, solidariamente, que:

- (i) O FIP Actis é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado nos termos da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 391**"), e está devidamente autorizado a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) a Pattac é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a

conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

- (iii) a Servinoga é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de *sociedad limitada*, de acordo com as leis da Espanha e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (iv) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (v) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (vi) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas, não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento no qual os Acionistas Atlantic sejam parte, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Acionistas Atlantic, com exceção das Garantias, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Acionistas Atlantic ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento;
- (vii) as demonstrações financeiras da Pattac relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Pattac no período;

- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) não há qualquer ligação entre os Acionistas Atlantic e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (x) todas as informações prestadas pelos Acionistas Atlantic no âmbito da presente Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xi) todas as declarações e garantias relacionadas aos Acionistas Atlantic que constam do Contrato de Suporte de Acionistas são verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos;
- (xii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pelos Acionistas Atlantic de suas obrigações nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas;
- (xiii) o Contrato de Suporte de Acionistas, uma vez celebrado, constituirá obrigação legal, válida e vinculante dos Acionistas Atlantic, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil; e
- (xiv) possui, nesta data, e possuirá, na data em que o Contrato de Suporte de Acionistas for celebrado, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar tal contrato.

12.2 Os Acionistas Atlantic se comprometem a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas

P
L

pelos Acionistas Atlantic na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

13 DAS DECLARAÇÕES DA CASA DOS VENTOS

13.1 A Casa dos Ventos neste ato declara e garante que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e do Contrato de Suporte de Acionistas, uma vez celebrados, não infringem ou contrariam:
 - (a) qualquer contrato ou documento no qual a Casa dos Ventos seja parte, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Casa dos Ventos, com exceção das Garantias, ou
 - (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Casa dos Ventos ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou
 - (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento;

- (v) as demonstrações financeiras da Casa dos Ventos relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Casa dos Ventos no período;
- (vi) todas as declarações e garantias relacionadas à Casa dos Ventos que constam do Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e do Contrato de Suporte de Acionistas são verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Casa dos Ventos de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e do Contrato de Suporte de Acionistas;
- (viii) o Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e o Contrato de Suporte de Acionistas, uma vez celebrados, constituirão obrigações legais, válidas e vinculantes da Casa dos Ventos, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil; e
- (ix) possui, nesta data, e possuirá, na data em que o Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio e o Contrato de Suporte de Acionistas forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar tais contratos e possui, nesta data, e possuirá, na data em que referidos contratos forem celebrados, todas as autorizações necessárias para a constituição da Cessão Fiduciária do Consórcio.

13.2 A Casa dos Ventos se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Casa dos Ventos na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

14 DAS NOTIFICAÇÕES

- 14.1** Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) Se para a Emissora:

Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.

Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e

thiago.marder@atlanticenergias.com.br

- (ii) Se para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205

Condomínio Downtown

22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart e Sr. Henrique Brêtas de Noronha Junior

Telefone: (21) 3514-0000

Correio Eletrônico: ger1.agente@oliveiratrust.com.br

- (iii) Se para as Fiadoras:

Atlantic Energias Renováveis S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555

Conjunto 161, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80.430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e
thiago.marder@atlanticenergias.com.br

Andorinha Energias Renováveis S.A.

Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161

~~Centro~~ Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e

thiago.marder@atlanticenergias.com.br

Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.

Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e

thiago.marder@atlanticenergias.com.br

Morrinhos Energias Renováveis S.A.

Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e

thiago.marder@atlanticenergias.com.br

Sertão Energias Renováveis S.A.

Alameda Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e
thiago.marder@atlanticenergias.com.br

Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.

~~Alameda~~ Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161/162

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e
thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(iv) Se para o FIP Actis:

Actis Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2601

8º andar, conjunto 84, Jardim Paulistano, CEP 01452-924

São Paulo – SP

At.: Sr. Sergio Guimarães de Mello Brandão e Sr. Bruno Marques de Moraes

Telefone: (11) 3844 6300

Correio Eletrônico: sbrandao@act.is e bmoraes@act.is

(v) Se para a Pattac:

Pattac Empreendimentos e Participações S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555

Conjunto 231, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80.430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Mauro Fontoura Marder e Sr. Marcelo Leite Marder

Telefone: (41) 3158-9800

Correio Eletrônico: mauro@redram.com.br e
marcelo.marder@atlanticenergias.com.br

(vi) Se para a Servinoga:

Servinoga S.L.

Avenida de Orense, 1-B

Marín (Pontevedra), Espanha

At.: Sr. Ceferino Nogueira García e Sr. Víctor Nogueira García

Telefone: +34 986880600

Email: victor.nogueira@nogar.es

(vii) Se para a Casa dos Ventos:

Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055 12º andar

Pinheiros – 01452-001

Cidade e Estado de São Paulo

At.: Clécio Antonio C. Eloy

Telefone: (11) 4084 4200 - 4084 4202

Correio Eletrônico: clecio.eloy@casadosventos.com.br

14.2 A Emissora, os Acionistas Atlantic, a Casa dos Ventos e as Fiadoras, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores durante o prazo de vigência da presente Escritura de Emissão, com poderes para receber citações, notificações e intimações, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

14.3 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 15.2** A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 15.3** Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.
- 15.4** Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 15.5** A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 e seguintes, do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.
- 15.6** Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

16 LEI APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

16.1 Esta Escritura de Emissão será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

16.2 Sem prejuízo de execução das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados a esta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão, interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos ("**Controvérsia**") não solucionadas de comum acordo entre as Partes dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contado de uma notificação por outra Parte sobre o conflito, serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvidas por meio de arbitragem a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("**Regulamento**" e "**Câmara**"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("**Tribunal Arbitral**").

16.2.1 Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nesta Escritura de Emissão, que serão substituídos pela arbitragem.

16.2.2 Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os dois árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro nos termos do Regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pela Câmara.

16.2.3 Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais Partes que não possam ser reunidas em blocos de Requerentes e Requeridas, todas as Partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas Partes de notificação da Câmara nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as Partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como

②
L

presidente.

- 16.3** A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura de Emissão e, na omissão, o disposto na legislação brasileira, vedado o julgamento por equidade. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura de Emissão.
- 16.4** A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento e a arbitragem será sigilosa.
- 16.5** A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.
- 16.6** A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as Partes, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 16.7** As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.
- 16.8** As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 16 deverão ser arcadas pela Parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela Parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma

determinado pelos árbitros.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam esta Escritura de Emissão em 12 (doze) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas ao final assinadas e qualificadas.

São Paulo, 12 de maio de 2014

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 1/13.

CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

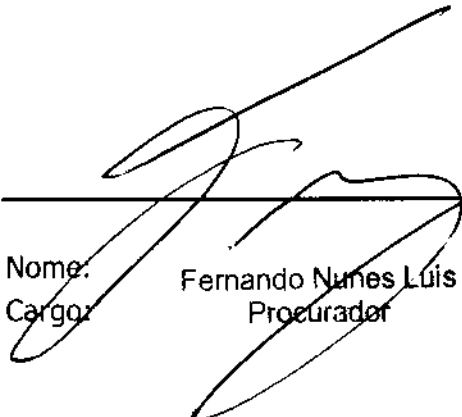

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 2/13.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

	
Nome: Fernando Nunes Luis	Nome: Leonardo Carres P. Moreira
Cargo: Procurador	Cargo: Procurador

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 3/13.

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 4/13.

ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 5/13.

CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

2

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 6/13.

MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 7/13.

SERTÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 8/13.

VENTOS DOS GUARÁS I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

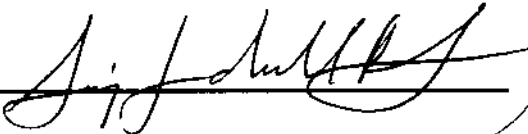
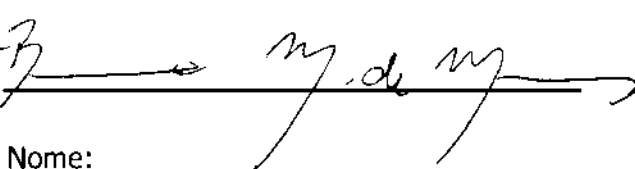
Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 9/13.

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 10/13.

PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 11/13.

SERVINOGA S.L.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 12/13.

CASA DOS VENTOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:




Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. – Página 13/13.

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

R.G.:

Nome:

CPF:

R.G.: